

Com a pressa Risco de desmoralização

27 OUT 1993

CONTANDO titulares e suplentes, a CPI da Comissão de Orçamento ocupa 44 parlamentares, menos de dez por cento do total de Câmara e Senado.

NÃO é por razão prática, portanto, que se poderia ver na investigação pretexto para uma virtual paralisação dos trabalhos legislativos enquanto ela durar.

NEM há motivo moral para isso. O escândalo não desmoraliza o Congresso — atinge apenas, como é óbvio, aqueles com culpa em cartório. Na verdade, a CPI, pela forma com que se tem conduzido, é prova cabal da vitalidade da instituição. Parece fora de dúvida que, lá, o trabalho vai fundo e vai longe.

MAS risco de desmoralização realmente existe. Estará desacreditado o Congresso se aceitar a tese de que a revisão da Constituição, tarefa crucial e já atrasada, deve ser deixada de lado até que se saiba tudo sobre quem levou dinheiro de quem na Comissão do Orçamento.

NÃO resiste à menor interpelação do bom senso o argumento de que não há clima. Existindo consciência do dever, sobra clima. Ou não há consciência do dever? Será que é disso que deputados e senadores desejam convencer a opinião pública?

CERTAMENTE, não. Eles sabem que abandonar a revisão, sob qualquer alegação, seria desobedecer à instrução expressa da própria Constituição; seria fechar os olhos à gravidade da crise do Estado no Brasil (com suas consequências diretas sobre o processo inflacionário); seria render-se às vozes minoritárias — no Legislativo e na opinião pública — que contam com a falta de coragem política da maioria para conseguir imobilizar o Legislativo inteiro.